



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

17/2024

PÁGINA Nº

1 de 10

RESPONSÁVEL

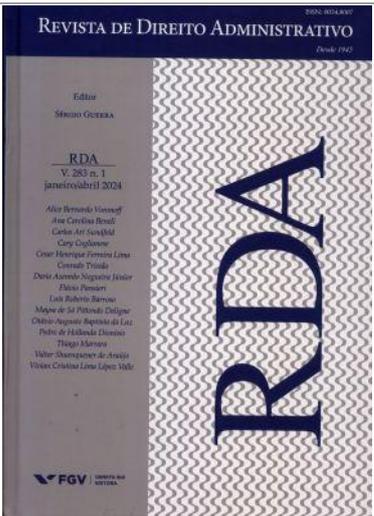
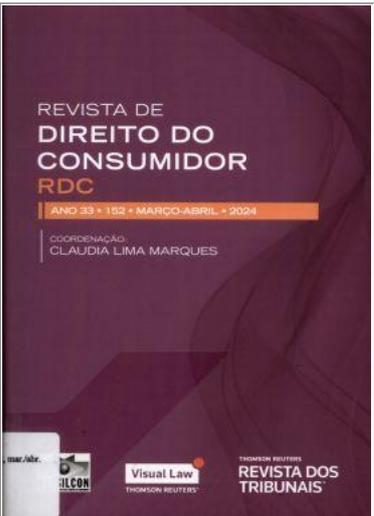
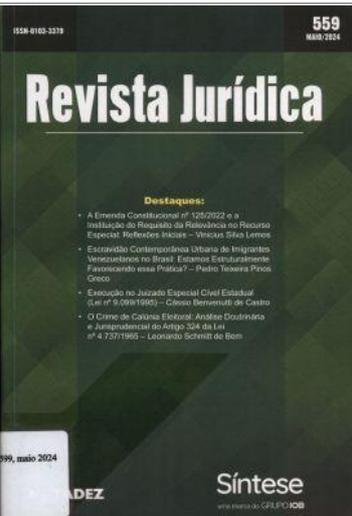
Iris Helena

SUMÁRIO

- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Superior Tribunal de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO

		
Revista de Direito Administrativo	Revista de Direito do Consumidor	Revista Jurídica



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

17/2024

PÁGINA Nº

2 de 10

RESPONSÁVEL

Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.069, de 21 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital - Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027.

DOU - Seção 1, p. 9-10, 24/06/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.901, de 25 de junho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020](#), e a [Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008](#), para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), e a [Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011](#), para incrementar o turismo no Brasil.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 26/06/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
17/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.903, de 27 de junho de 2024](#)

Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DOU - Seção 1, p. 5-8, 28/06/2024

[Lei n. 14.904, de 27 de junho de 2024](#)

Estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima; altera a [Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009](#); e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 8, 28/06/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 566, de 19 de junho de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 467/2022](#), que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º- A, ambos da [Lei nº 10.826/2003](#), com as alterações promovidas pela [Lei nº 12.694/2012](#). eDJ-CNJ n. 143, de 28/06/2024, p. 2-3

[Portaria n. 214, de 21 de junho de 2024](#)

Altera a [Portaria Presidência nº 160/2024](#), que regulamenta o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

eDJ-CNJ n. 143, de 28/06/2024, p. 3-4

[Portaria n. 217, de 24 de junho de 2024](#)

Altera a [Portaria Presidência nº 160/2020](#), que estabelece o cronograma de saneamento da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud e regulamenta o acesso público aos dados do DataJud por meio de API - Application Programming Interface.

eDJ-CNJ n. 143, de 28/06/2024, p. 4-5



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
4 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Superior Tribunal de Justiça

[Súmula n. 671, de 24 de junho de 2024](#)

Não incide o IPI quando sobrevém furto ou roubo do produto industrializado após sua saída do estabelecimento industrial ou equiparado e antes de sua entrega ao adquirente.

eDJ-STJ n. 3892, de 24/06/2024

[Súmula n. 670, de 24 de junho de 2024](#)

Nos crimes sexuais cometidos contra a vítima em situação de vulnerabilidade temporária, em que ela recupera suas capacidades físicas e mentais e o pleno discernimento para decidir acerca da persecução penal de seu ofensor, a ação penal é pública condicionada à representação se o fato houver sido praticado na vigência da redação conferida ao art. 225 do Código Penal pela Lei n. 12.015, de 2009.

eDJ-STJ n. 3892, de 24/06/2024

Conselho da Justiça Federal

[Portaria n. 375, de 24 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do demonstrativo de saldo das autorizações para provimento de cargos, relativo ao exercício de 2023, do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

DOU - Seção 1, p. 127, 26/06/2024

[Resolução n. 895, de 25 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre licenças para tratamento de saúde e licença por motivo de doença em pessoa da família, aplicáveis a servidoras e servidores, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, e revoga a

[Resolução CJF n. 159, de 8 de novembro de 2011.](#)

DOU - Seção 1, p. 186-187, 27/06/2024

[Resolução n. 896, de 25 de junho de 2024](#)

Inclui e dá nova redação a dispositivos da [Resolução CJF n. 842, de 3 de outubro de 2023](#), que regulamenta o Plano de Contratações Anual e o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

DOU - Seção 1, p. 187-188, 27/06/2024

[Resolução n. 897, de 25 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a alteração da [Resolução CJF n. 5, de 14 de março de 2008](#), que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus a concessão de horário especial, do afastamento



ALERTA SEBIB

NÚMERO
17/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

para estudo ou missão no exterior, da licença para capacitação, do afastamento de servidores para participação em curso de formação, da cessão e requisição, da licença por motivo de doença em pessoa da família, da licença para atividade política, do afastamento para exercício de mandato eletivo, da licença por motivo de afastamento do cônjuge, da licença para o trato de assuntos particulares e da licença-prêmio por assiduidade previstos, na [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#).
DOU - Seção 1, p. 188, 27/06/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n. 56, de 20 de junho de 2024](#)

Institui o Comitê de Equidade Racial no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região - COER-JF1.
BDTRF1, 21 de junho de 2024

[Resolução n. 57, de 20 de junho de 2024](#)

Altera a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região estabelecida pela [Resolução Presi 42, de 21 de setembro de 2022](#) e alterações e dá outras providências.
BDTRF1, 21 de junho de 2024

[Portaria n. 705, de 21 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a dispensa de manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções judiciárias vinculadas e dá outras providências.
BDTRF1, 24 de junho de 2024

[Portaria n. 719, de 25 de junho de 2024](#)

Designa magistradas e servidores para atuarem como laboratoristas no Laboratório de Inovação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
BDTRF1, 26 de junho de 2024

Diretoria-Geral

[Portaria n.408, de 25 de junho de 2024](#)

Altera o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para adequar as siglas das unidades vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral da Secretaria.
BDTRF1, 25 de junho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
6 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO V. 283, Nº 1 – JAN.-ABR./2024

- 9 I – EDITORIAL
- 13 II – ARTIGOS
- 15 CITIZEN PARTICIPATION IN RULEMAKING: PAST, PRESENT,
AND FUTURE
*PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA REGULAMENTAÇÃO:
PASSADO, PRESENTE E FUTURO*
Cary Coglianese
- 41 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA: A
REESTRUTURAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA MATRIZ DE RISCO
COMO RESPOSTA À BAIXA INSTITUCIONALIDADE
*INFRASTRUCTURE INVESTMENTS: RESTRUCTURING THE
DISTRIBUTION OF THE RISK MATRIX AS A RESPONSE TO LOW
INSTITUTIONALITY*
Flávio Pansieri e Otávio Augusto Baptista da Luz
- 67 A SOBREPOSIÇÃO DE ÓRGÃOS DE CONTROLE E
SEUS DESAFIOS À COORDENAÇÃO DOS ACORDOS
SUBSTITUTIVOS NO BRASIL
*THE OVERLAPPING OF ACCOUNTABILITY INSTITUTIONS AND
ITS CHALLENGES TO THE COORDINATION OF SUBSTITUTIVE
AGREEMENTS IN BRAZIL*
Valter Shuenquener de Araújo e Pedro de Hollanda Dionisio



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
7 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR Nº 152 – MAR.-ABR./2024

SUPERENDIVIDAMENTO E CRÉDITO RESPONSÁVEL

Por um direito ao crédito responsável: desafios e perspectivas para a tutela indenizatória do consumidor superendividado

For a right to responsible credit: challenges and perspectives for the indemnification of over-indebted consumers

MARIANA RIBEIRO SANTIAGO, GEAN CARLOS BALDUÍNO JÚNIOR e ANA CLARA DA SILVA ORTEGA 17

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A proteção dos dados pessoais, o mundo digital e o pioneirismo do Código de Defesa do Consumidor: uma homenagem a Danilo Doneda

The protection of personal data, the digital world and the pioneering spirit of the Consumer Protection Code: a tribute to Danilo Doneda

CLAUDIA LIMA MARQUES e FERNANDO RODRIGUES MARTINS..... 41

Proteção de dados pessoais como um direito fundamental: consequências e amparo ao diálogo de fontes entre a LGPD e o CDC

Protection of personal data as a fundamental right: consequences and support for dialogue between LGPD and CDC sources

ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER 59

O tratamento de dados pessoais por serviços simbióticos no consumo digital

The processing of personal data by symbiotic services in digital consumption

DENNIS VERBICARO e JANAINA VIEIRA HOMCI..... 75



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
8 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A responsabilidade civil do encarregado de proteção de dados pessoais no Brasil e a efetiva proteção dos dados pessoais do consumidor

The civil responsibility of personal data protection officer in Brazil and the effective protection of consumer personal data

NEWTON DE LUCCA e RENATA CAPRIOLLI ZOCATELLI QUEIROZ..... 101

VULNERABILIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

"Novos" vulneráveis ou "Novos" contextos de Vulnerabilização no cenário pós-pandêmico?

"New" vulnerables or "New" Vulnerability contexts in the post-pandemic scenario?

MAURILIO CASAS MAIA..... 129

O *hypernudge* como prática comercial durante a pandemia

Hypernudge as a commercial practice during the pandemic

JOEL GOMES DE PAULA JUNIOR..... 157

Pós-colonialismo digital e justiça descolonial: desidentidade, datificação, alienação

Digital postcolonialism and decolonial justice: disidentity, datafication, alienation

FERNANDO RODRIGUES MARTINS, GUILHERME MAGALHÃES MARTINS e MARCO AURÉLIO NOGUEIRA..... 177

CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

O consumo sustentável de alimentos orgânicos e a agricultura familiar no Mercosul

Sustainable consumption of organic food and family farming in Mercosur

LUCIANE KLEIN VIEIRA e VICTÓRIA MARIA FRAINER..... 197



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
9 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

PRÁTICAS COMERCIAIS E PROTEÇÃO AOS CONSUMIDORES

As apostas esportivas e as regras previstas pelas Leis 13.756/2018 e 14.790/2023: o encerramento da vigência da Medida Provisória 1.182/2023 e o "diálogo das fontes" com o microsistema consumerista para a proteção dos destinatários finais

Sports betting and the rules provided for by Laws 13,756/2018 and 14,790/2023: the end of the validity of Provisional Measure 1,182/2023 and the "source dialogue" with the consumer microsystem to protect final recipients

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA..... 227

Padrões de segurança em operações bancárias: o modelo europeu de autenticação das operações remotas e os seus reflexos no Brasil

Security standards in banking operations: the european model for authentication of remote operations and its reflexes in Brazil

MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO e NAJUA SAMIR ASAD GHANI..... 271

Manipulação mediante omissão de informações: limites e proteção efetiva ao consumidor

Manipulation through information withholding: boundaries and consumer's effective protection

ORLANDO CELSO DA SILVA NETO..... 295

Considerações sobre a responsabilização do fornecedor por danos morais coletivos pela inserção de produtos defeituosos no mercado de consumo: uma avaliação do entendimento do Superior Tribunal de Justiça à luz da análise econômica do direito

Considerations on the supplier's liability for collective moral damages for the insertion of defective products in the consumer market: an evaluation of the understanding of the Superior Court of Justice in the light of the economic analysis of law

LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES, CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES e MARIA ZULMIRA DE BRITO..... 317



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
10 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA JURÍDICA Nº 559 – MAIO/2024

Doutrinas

CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

1. Execução no Juizado Especial Cível Estadual
(Lei nº 9.099/1995)
Cássio Benvenuti de Castro 9
2. A Emenda Constitucional nº 125/2022 e a Instituição
do Requisito da Relevância no Recurso Especial:
Reflexões Iniciais
Vinicius Silva Lemos..... 45
3. Escravidão Contemporânea Urbana de Imigrantes
Venezuelanos no Brasil: Estamos Estruturalmente
Favorecendo essa Prática?
Pedro Teixeira Pinos Greco 101

PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. O Crime de Calúnia Eleitoral: Análise Doutrinária e
Jurisprudencial do Artigo 324 da Lei nº 4.737/1965
Leonardo Schmitt de Bem 135



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
17/2024

PÁGINA Nº
11 de 10

RESPONSÁVEL
Iris Helena

- 93 DIREITOS DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
NO AMBIENTE DO GOVERNO ELETRÔNICO E DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL
*RIGHTS OF USERS OF PUBLIC SERVICES IN THE
E-GOVERNMENT AND DIGITAL PUBLIC ADMINISTRATION
ENVIRONMENT*
Ana Carolina Beneli, Dario Azevedo Nogueira Júnior e Vivian
Cristina Lima López Valle
- 131 COMPROMISSOS COMO TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO
CONSENSUAL: BREVES COMENTÁRIOS AO ART. 26 DA LEI
DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
(LINDB)
*COMMITMENTS AS A CONSENSUAL ADMINISTRATION
TECHNIQUE: BRIEF COMMENTS ON ART. 26 OF THE LEI DE
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)*
Thiago Marrara
- 159 POR UMA VISÃO INSTRUMENTAL DA SANÇÃO
ADMINISTRATIVA
*TOWARD AN INSTRUMENTAL VIEW OF ADMINISTRATIVE
SANCTIONS*
Alice Bernardo Voronoff e Cesar Henrique Ferreira Lima
- 181 O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL PELA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS
TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
*THE EXERCISE OF THE JURISDICTIONAL FUNCTION BY THE
PUBLIC ADMINISTRATION: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE
TAX ADMINISTRATIVE COURTS*
Maysa de Sá Pittondo Deligne
- 203 EMPRESAS COM PARTICIPAÇÃO ESTATAL E O CONTROLE DE
CONTAS
*COMPANIES WITH STATE PARTICIPATION AND THE
ACCOUNTING CONTROL*
Carlos Ari Sundfeld e Conrado Tristão



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

17/2024

PÁGINA Nº

12 de 10

RESPONSÁVEL

Iris Helena